

ROBERTO LIVIANU

Promotor de Justiça

Doutor em Direito Penal pela Faculdade de Direito da USP

CORRUPÇÃO

INCLUINDO A LEI ANTICORRUPÇÃO

Versão revista e ampliada do livro
Corrupção e Direito Penal, publicado em 2006

Editora Quartier Latin do Brasil
São Paulo, primavera de 2014
quartierlatin@quartierlatin.art.br
www.quartierlatin.art.br

EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Antonio Marcos Cavalheiro

**Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares;
José Ubiratan Ferraz Bueno**

Capa: Patrícia Cassanello Leung/Flag Comunicação

LIVIANU, Roberto. **Corrupção – Incluindo a Lei Anticorrupção**. 2ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

ISBN 85-7674-720-0

1. Direito Penal 2. Corrupção I. Título

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Penal
2. Brasil: Corrupção

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Apresentação	11
Prefácio	15
Introdução	17
I. Corrupção, uma Evolução Histórica.....	23
1. Da Babilônia à Idade Média.....	27
1.1. O Iluminismo.....	29
2. Crime de Corrupção: da Colônia à Independência do Brasil.....	30
2.1. O Código Penal de 1830.....	32
2.2. O Código Penal de 1890.....	33
2.3. Código Penal de 1940.....	34
3. O crime de corrupção na atualidade	36
II. Princípios Penais Constitucionais e a Apuração dos Crimes de Corrupção.....	39
1. Princípios penais constitucionais.....	40
1.1. Princípio da igualdade.....	40
1.2. Princípio da legalidade	41
1.3. Princípio da irretroatividade da lei penal	43
1.3.1. Leis penais em branco	44
1.3.2. Leis excepcionais ou temporárias.....	45
1.4. Princípio da culpabilidade	45
1.5. Princípio da individualização da pena	47
1.6. Princípio da proporcionalidade.....	48
2. Breve panorama dos princípios constitucionais do processo penal brasileiro	49
2.1. O devido processo legal (<i>due process of law</i>) e o juiz natural	49
2.2. O contraditório	50
2.3. Ampla defesa.....	50
2.4. Presunção de inocência.....	50
2.5. Publicidade e Isonomia	51
2.6. Duplo grau de jurisdição	51
3. O sistema processual brasileiro	51
3.1. O sistema processual penal brasileiro	53
3.2. As medidas cautelares pessoais na Lei 12.403/11.....	54
4. O Processo Penal e o Crime de Corrupção.....	55

III. Bem Jurídico Protegido e Crime de Corrupção	57
1. Evolução do conceito	58
2. Teorias atuais sobre o bem jurídico	62
2.1. Teorias constitucionalistas	62
2.2. Teorias sociológicas	63
2.3. Bem jurídico e sociedade de risco	63
2.4. Bem jurídico e crime de corrupção	65
IV. Função da Pena: a Política Criminal e o Crime de Corrupção	71
1. Período clássico e Retribucionismo	72
2. Prevenção geral	74
3. Positivismo naturalista	75
4. Finalismo	77
5. Prevenção geral positiva	78
6. Claus Roxin e a Política Criminal	81
7. Fins da pena e sociedade atual	83
8. Fundamento da pena	85
9. A pena e os crimes de corrupção	86
V. Tendências do Direito Penal com Relação à Corrupção. Direito Penal Estrangeiro	91
1. Europa	93
1.1. Alemanha	93
1.2. Espanha	96
1.3. Itália	99
1.4. Portugal	101
1.5. Holanda	104
2. América Latina	106
2.1. Argentina	106
2.2. Chile	107
VI. Perspectiva Criminológica e Crime de Corrupção	111
1. Teorias da aprendizagem social (<i>Social Learning</i>)	113
1.1. Teoria da associação diferencial	113
1.2. Teoria da neutralização	116
2. O crime do colarinho branco	117
2.1. Conceito	117
2.2. Características dos crimes de colarinho branco	119
2.2.1. Complexidade das condutas	119
2.2.2. Dificuldade de sancionar estes crimes	120

2.2.3. Ausência de violência ou grave ameaça no crime do colarinho branco	120
2.2.4. O bem jurídico difuso atingido por estes crimes e a não identificação das vítimas	120
2.2.5. A divisão do trabalho e da responsabilidade	121
3. A vítima e a criminalidade atual	122
4. Os crimes sem vítimas	123
5. O crime de corrupção e a criminologia	123

VII. O Controle Penal dos Crimes de Corrupção no Brasil	125
1. Aspectos políticos e crime de corrupção	126
2. Aspectos globalizados do crime de corrupção e sociedade de risco	131
3. A corrupção e a criminalidade organizada: problemas da dogmática jurídico-penal	134
4. Prevenção e crime de corrupção	137
5. Função do Direito Penal no Estado Democrático de Direito	140
6. Controle penal dos crimes de corrupção no Brasil	142
6.1. Dogmática jurídico-penal	142
6.2. As classes de corrupção	145
6.3. O papel do juiz	147
6.4. O papel do Ministério Público	147
7. Responsabilidade dos prefeitos municipais	149
8. O crime e a infração administrativa	149

VIII. Aspectos Atuais da Corrupção e seu Controle no Brasil	151
1. Responsabilidade política e responsabilidade penal	152
2. Comissão Parlamentar de Inquérito	152
3. O movimento internacional contra a corrupção	155
4. Corrupção: manifestações populares de 2013 e a PEC 37	156
5. Transparência, mídia e opinião pública	157
6. Corrupção x Democracia	160
7. O mito da extinção da corrupção. A corrupção como problema cultural	162

IX. A nova Lei Anticorrupção e outras Importantes Ferramentas Extrapenais de Controle da Corrupção no Brasil	167
1. A Ação Popular como Instrumento Democrático de Combate à Corrupção	168
2. Lei da Ação Civil Pública	169
3. A Lei de Improbidade	171
3.1. Funcionário público e agente público: diferenças	171
3.2. Os atos de improbidade administrativa na Lei 8.429/92	175

3.3. As sanções previstas na Lei 8.429/92	178
3.4. Aspectos processuais da Lei 8.429/92	180
4. Lei de Responsabilidade Fiscal	181
5. A Lei da Ficha Limpa	182
6. A Lei anticorrupção (12.846/13): responsabilidade administrativa e civil da pessoa jurídica e seus reflexos legislativos	183
Valorização da esfera processual administrativa	184
Competência do Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica	185
Responsabilidade objetiva	185
Punições expressivas	186
Acordo de Leniência	186
Incentivo ao controle interno empresarial.	187
Transparência – cadastro público de empresas sancionadas.....	188
Regulamentação no Estado de São Paulo	188
7. Texto da Lei Anticorrupção na Íntegra (Lei nº 12.846, de 1º de Agosto de 2013)	190
X. Observações Finais	199
Bibliografia.....	205
Sobre o Autor	215